

MODERNIZAÇÃO E LUTA DE CLASSES NA RÚSSIA IMPERIAL

Oswaldo Coggiola

Durante o século XIX, embora vicejasse uma ideologia de cunho tradicionalista e paneslavista, a modernização econômica e política capitalista (ou “ocidental”, como era chamada) se impunha ao Império dos czares, principalmente diante dos perigos externos. Ela determinou as peculiaridades de sua formação econômico-social contemporânea. Foi analisando essas particularidades que o pensamento social russo, através de um caminho cheio de obstáculos, fracassos e contradições, superou suas matrizes iluministas, hegelianas ou ainda positivistas. Começando por constatar que, na transformação capitalista da “periferia” do planeta, ausência de democracia política, de dominação social burguesa e de formas de produção modernas não eram formas contraditórias com o avanço do capitalismo: não eram anomalias históricas, mas formas específicas, *particulares*, da expansão mundial do capital. Nicolau II, o sucessor de Alexandre III, procurou facilitar a entrada de capitais estrangeiros para promover a industrialização do país, capitais oriundos principalmente da França, da Alemanha, da Inglaterra e da Bélgica. O desenvolvimento capitalista russo foi ativado pelo início da exportação do petróleo, a implantação de estradas de ferro e da indústria siderúrgica. Os investimentos industriais ficaram concentrados em centros urbanos como Moscou, São Petersburgo, Odessa e Kiev. Nessas cidades formou-se um operariado industrial que recebia salários miseráveis e era submetido a jornadas de 12 a 16 horas diárias de trabalho, não recebia alimentação e trabalhava em locais imundos e sujeitos a inúmeras doenças.

Sintetizando a questão das singularidades no desenvolvimento mundial, Leon Trotsky afirmou que as particularidades nacionais da periferia do mundo capitalista representavam uma combinação dos traços fundamentais da economia mundial; a economia mundial não representava “uma simples soma de fatores nacionais de tipo idêntico”: “Essas peculiaridades nacionais são o produto mais geral, aquele em que, por assim dizer, se resume tudo, a partir do desenvolvimento histórico desigual”. A desigualdade era uma lei básica da história: “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em parte alguma com a evidência e a complexidade com que o demonstra o destino dos países atrasados. Fustigados pelo chicote da necessidade material, os países atrasados vêm a necessidade de avançar aos saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à combinação de distintas fases, à mistura de formas arcaicas e modernas”.¹ Essa perspectiva reformulava as ideias sobre a questão vigentes até então no campo histórico, inclusive no marxismo.

Marx e Engels, desde a década de 1840, tinham sublinhado as consequências da unificação econômica do mundo: o desenvolvimento do comércio internacional criara as bases de um mercado mundial e tivera um efeito destrutivo sobre as relações de produção feudais na Europa ao introduzir as relações mercantis em larga escala, exigindo que a produção se desenvolvesse em uma escala qualitativamente mais ampla para atender às necessidades do crescimento comercial interno e externo. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram no quadro dessa economia mundial. Antes que fossem estruturados os Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento importante, um dos fatores que impulsionaram as revoluções democráticas europeias. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram obrigados a terem uma política externa e a aliarem-se uns contra outros em função de seus interesses comerciais contraditórios e em relação com a autodeterminação dos países “atrasados”, ou seja,

¹ Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

nasceram com base em uma política *mundial*.

A grande indústria, “criou de fato a história mundial, na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e cada indivíduo para satisfazer suas necessidades, e na medida em que aniquilou nas diversas nações a identidade própria que até então lhes era natural”.² “Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinha imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. (...) Apenas quando o intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas estará assegurada”.

O capitalismo unificou o planeta não só economicamente. A economia mundial como fator histórico, e as relações internacionais como fator político dominante, se impuseram já no século XIX: muitos autores, dentre eles Marx e Engels, imprimiram um enfoque internacional ao estudo das sociedades de seu tempo. Só se poderia falar em história universal a partir do momento em que a própria história criasse “homens empiricamente universais, históricos”, forçados a viver “no plano de história mundial” e não mais “no plano da vida local”. A história mundial fora criada pela grande indústria moderna, através da qual o capitalismo tornou a trajetória dos povos e países capítulos de uma mesma história mundial, que tinha na internacionalização da economia (criação de um mercado mundial) baseada na grande indústria, seu ponto de partida. A história mundial se impôs com a expansão internacional do capital. Foi sob a influência de Hegel que Marx formulou sua ideia de *história universal*.

Em Hegel, o desenvolvimento de uma *Weltgeschichte* correspondia a um movimento do *espírito universal* (*Weltgeist*) no sentido de sua objetivação.³ Marx acolheu a reflexão hegeliana sobre o advento de uma *Weltgeschichte*, mas distanciou-se da sua identificação com o movimento de objetivação do *Weltgeist*. A configuração da história universal tinha fundamento, para ele, no desenvolvimento das forças produtivas sociais. Na obra que dedicou, conjuntamente com Friedrich Engels, ao ajuste de contas filosófico com o idealismo hegeliano, ofereceu uma nova base para a compreensão do advento da *história universal*: “A transformação da história em história universal não é, sob qualquer aspecto, um simples ato abstrato da parte da autoconsciência do espírito universal ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato material, empiricamente verificável. Um ato comprovado por cada indivíduo na medida em que este vem e vai, come, bebe e veste a si mesmo”.⁴ Também era a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo como projeto histórico real, não utópico, que só poderia triunfar no plano universal.

A unificação econômica do mundo amadurecia também as condições para uma *revolução universal*, tão universal quanto a contradição da qual nascia. A unificação do mundo concluída pelo proletariado vitorioso seria o fato mais importante da história, o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados e seu isolamento nacional ou local. Com as relações universais estabelecidas pelo capitalismo, o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico. O mercado mundial criara as bases materiais para a história mundial, isto é, para a unificação da dinâmica histórica do gênero humano. Na sua forma real, desenvolvida, esse mercado era produto da *indústria* capitalista, não da expansão comercial potenciada. O caráter

² Karl Marx e Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 7.

³ Muniz Gonçalves Ferreira. *Engels, Marx e a História Mundial de seu Tempo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

⁴ Karl Marx e Friederich Engels. *Op. Cit.*

mundial da economia capitalista não se constituiu pela soma das economias nacionais. O traço marcante do desenvolvimento capitalista foi seu caráter desigual segundo os países e regiões atingidos por ele. O funcionamento da economia capitalista, por outro lado, não foi harmônico ou uniforme: houve países que simplesmente foram varridos do mapa por crises avassaladoras ou pela perda histórica de competitividade. A “mundialização” se refere a duas dimensões, uma, espacial, e outra, temporal: um encurtamento das distâncias entre os mercados, é também um aumento da velocidade do fluxo de mercadorias, pessoas e informações, que se aceleraram quando o capital mercantil, primeiro, mais tarde o capital produtivo, passaram a determinar a dinâmica da formação social na qual se inseriram.

A questão do *desenvolvimento desigual* do capitalismo ocupava um lugar subordinado, assim como as *combinações* derivadas dessa desigualdade; Marx dizia que “essas questões (as de desenvolvimento desigual e particularidades nacionais) deveriam ser tratadas concretamente e não da ‘forma abstrata comum’”;⁵ elas passaram a ter um lugar central quando a atenção e o eixo político se deslocaram do centro para a periferia do desenvolvimento capitalista, na qual Rússia ocupava um lugar decisivo. A desigualdade de desenvolvimento aparecia de forma mais clara, e também mais crítica, no destino dos países atrasados. A concepção do atraso em Trotsky, por exemplo, se baseou na premissa de que a história não se repetia, portanto, “o passado de uma parte do globo transformava o futuro da outra parte”.⁶ Uma nação atrasada como a Rússia, que no início do século XX ainda não tinha passado por uma revolução burguesa, jamais produziria, devido ao desenvolvimento mundial do capitalismo, uma revolução nos moldes de 1789 ou mesmo um novo 1848. As teorias de reiteração dos ciclos históricos puderam surgir no passado, dizia Trotsky, “devido ao caráter provinciano e episódico de todo o processo”. Sem pretender invalidá-las por completo, Trotsky afirmava que isto (o caráter provinciano...) fazia com que “efetivamente se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos”,⁷ o que já não era o caso na Rússia do século XIX.

Exposta de modo sintético, “a lei do desenvolvimento desigual e combinado tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é a fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta desses fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Os aspectos fundamentais da lei podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: o fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Essa é a essência da lei do desenvolvimento desigual.

“Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior. Essas formações combinadas; têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados. Esta é a essência da lei do desenvolvimento combinado. É óbvio que estas duas leis, estes dois aspectos de uma só lei, não atuam ao mesmo nível. A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. A segunda lei cresce

⁵ Apud Neil Smith. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988, p. 150.

⁶ Baruch Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon Press, 1979, p. 99.

⁷ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, cit, p. 40.

sobre a primeira e depende desta. E, por sua vez, esta atua sobre aquela, afetando-a no seu posterior funcionamento”.⁸

A lei se observava no “desenvolvimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas; no caráter mais ou menos amplo ou reduzido de épocas históricas inteiras, por exemplo, na Idade Média do regime corporativo, do despotismo ilustrado, do parlamentarismo; na desigualdade do desenvolvimento de distintas instituições sociais, de distintos aspectos da cultura”. Neil Smith estudou a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista,⁹ concluindo em que a desigualdade espacial faz sentido como parte do desenvolvimento desigual e contraditório do próprio capitalismo. Desse modo, “quando o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica de séculos, é transportado para as estepes do Donetz, ele é absolutamente incapaz de manifestar suas forças sociais, as paixões, os valores relativos por ele absorvidos progressivamente. Sobre um território novo, ele não pode repetir o desenvolvimento que já cumpriu. Ele retoma a sua obra do ponto onde a deixou em seu país. Em torno das máquinas que trouxe consigo pelos mares e aduanas, ele reúne rapidamente, sem etapas intermediárias, as massas proletárias e injeta nessa classe a energia revolucionária, que trazia congelada dentro de si, das velhas gerações burguesas”.¹⁰

A partir da frustração da acumulação originária de capital, pela sua debilidade interna e pela concorrência derivada da penetração de capital externo, se explicava, para Trotsky, a *combinação* do capitalismo com os modos de produção pré-capitalistas na maioria dos países do planeta. Essa noção foi ulterior e postumamente criticada por Jon Elster, inspirador do “marxismo analítico” (que tentou combinar o materialismo histórico com a filosofia analítica); ele descartou a possibilidade de se qualificar o desenvolvimento desigual e combinado como uma *lei* do desenvolvimento histórico: “De acordo com as leis, ainda que nas ciências sociais e históricas, essa descrição resulta bastante abstrata (e) não oferece uma contribuição positiva”. Elster também descartou o seu conteúdo, dizendo que essa teoria “se considera ela mesma referida com exclusividade ao futuro, ou seja, a uma transição do capitalismo ao comunismo que virtualmente não ocorreu em lugar algum”,¹¹ uma afirmação que não corresponde à exposição realizada por Trotsky e outros autores russos a respeito.

A desigualdade no desenvolvimento russo era a marca de sua transição de um feudalismo semiasiático para um capitalismo ainda mais particular, com o surgimento de uma indústria altamente concentrada e de um proletariado com peso social importante se comparado a uma burguesia nacional fraca e conservadora. O desenvolvimento desigual mostrava a possibilidade de coexistência numa mesma sociedade de elementos díspares e até contraditórios, remanescentes de etapas históricas passadas, e a fusão de elementos desigualmente desenvolvidos como forma de superação da desigualdade precedente: “Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado... Forçado a seguir os países avançados, o país atrasado não se conforma à ordem de sucessão... O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, quando enfocado em sua totalidade, um caráter irregular, complexo, combinado”, caracterizado pela “combinação das diferentes etapas do caminho, a confusão de distintas fases, o amálgama das estruturas arcaicas com as mais modernas”.

⁸ George Novack. *A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade*. Slp. Rabisco, 1988.

⁹ Neil Smith. *Op. Cit.*

¹⁰ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, cit.

¹¹ Jon Elster. La teoría del desarrollo combinado y desigual: una crítica. In: J. E. Roemer (org.). *El Marxismo: una Perspectiva Analítica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 70.

Trotsky criticava os socialistas e liberais que achavam que a Rússia estava fadada a reproduzir tardiamente as etapas do desenvolvimento capitalista europeu: “Para eles, a história de uma nação capitalista repete, com divergências um pouco maiores ou menores, a história de outra. O que eles não veem é que o mundo hoje sofre um processo unificado de desenvolvimento capitalista que absorve todos os países que encontra no seu caminho e cria neles um amálgama social combinando as condições locais e gerais do capitalismo cuja natureza não pode ser definida por clichês históricos, mas apenas através de uma análise materialista”.¹² O desenvolvimento da sociedade burguesa na Rússia levava essa marca desde seu nascedouro: a intenção do Estado czarista era aproveitar o desenvolvimento econômico capitalista para seus próprios fins militares e financeiros; a dos grupos burgueses emergentes era utilizar o Estado para consolidar suas vantagens sob a forma de “privilégios de Estado”.

Isso não era especificamente “russo”, mas a resultante desse embate na Rússia foi bem mais favorável ao poder do Estado do que o foi na Europa ocidental, favorecendo o crescimento do Estado e a manutenção das forças produtivas em um nível baixo, dificultando a acumulação capitalista e o crescimento da divisão do trabalho. Não havia na Rússia uma separação clara entre agricultura e artesanato; este se encontrava tão disperso pelo campo quanto a produção agrícola. Sem se separar da agricultura, o artesanato conservava seu caráter de pequena indústria local e jamais chegara a formar, como no Ocidente medieval, cidades comerciais dedicadas ao artesanato. O comerciante nômade russo - intermediário entre produtores e consumidores igualmente dispersos - não realizava a concentração do capital comercial em grandes centros e nunca ocupou um lugar análogo ao do comerciante europeu ocidental. O comércio russo mal chegara a se desenvolver e já se encontrava sob a ação direta do capital comercial europeu, dando um caráter semicolonial a todo o movimento de negócios, no qual o comércio russo era intermediário entre as cidades do Ocidente e os vilarejos russos.

Do início do século XVIII até meados do século XIX, o Império Russo tinha 95% da sua população no campo. Houve uma queda acentuada da população rural no período entre 1859 e 1897 (depois da abolição da servidão) quando o campo ainda abrigava 87,4% da população. A Rússia, até o final do século XIX – seu primeiro censo foi em 1897 – contava com 129 milhões de habitantes. Em 1914, tinha mais de 160 milhões. A taxa de natalidade era de 48/1000: durante tal período sua população aumentou em mais de dois milhões por ano. Dos 87 % dos russos que viviam no campo, 81,5% era composto de agricultores. Quando a população aumentou, as parcelas agrícolas ficaram cada vez menores: em 1900 sua superfície média era inferior em 55% à de 1861: “A redistribuição periódica da terra fazia com que diminuísse o interesse das famílias camponesas na melhoria da terra e na intensificação da produção. O *mir* (comuna rural) fechou a torneira da migração do campo. O resultado disso foi uma situação pouco propícia para aumentar a produção e a produtividade da agricultura (sendo), portanto, escassas as inovações em direção de uma agricultura intensiva. O crescimento da produtividade estava apenas por cima daquele da população, a renda per capita permaneceu estagnada. A produção de batatas e cereais era, em meados do século XIX, quase a mesma de quarenta anos antes... A libertação dos servos de 1861 foi dominada pelos interesses da nobreza, o que impediu o aumento da produtividade do setor agrário, necessária para abastecer a população, a importação de tecnologia e o fortalecimento da demanda de produtos manufaturados. Isso acrescido do fato da agricultura – não os proprietários nobres, isentos de taxas – se encontrar oprimida por enormes impostos e prebendas”.¹³

Ao atraso econômico e à opressão da enorme população rural-camponesa (os *mujiks*), a autocracia czarista acrescentava o jugo sobre as populações alógenas conquistadas pela expansão russa, que faziam parte do Império, dentro do qual constituíam nacionalidades

¹² Leon Trotsky. *Op. Cit.*

¹³ Toni Pierenkemper. *La Industrialización en el Siglo XIX*. Madri, Siglo XXI, 2001, p. 140.

oprimidas pelos “grandes russos”, tendo algumas delas, no entanto, conhecido no passado um importante desenvolvimento estatal autônomo. Em seu apogeu, o Império Russo incluía, além do território “etnicamente” russo, os países bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), a Finlândia, o Cáucaso, a Ucrânia, a Bielorrússia, boa parte da Polônia (o antigo Reino da Polônia), a Moldávia (Bessarábia) e quase toda a Ásia Central. Também contava com zonas de influência no Irã, na Mongólia e no Norte da China. O Império estava dividido em 81 províncias (*guberniyas*) e 20 regiões (*oblasts*). Vassalos e protetorados do Império incluíam os *khanatos* de Khiva, Bukhara e Tuva.

A maior população judia do mundo, além disso, se encontrava na Rússia, onde vivia segregada e marginalizada em zonas de residência (*pale*) e era frequentemente submetida a massacres (*pogroms*) pelas “Centúrias Negras”, alentados pelo czarismo para desviar em sentido antissemita as revoltas camponesas. O Império Russo foi o primeiro a praticar o antissemitismo como política de Estado (foi a polícia política czarista quem originou e divulgou os apócrifos *Protocolos dos Sábios de Sião*, uma peça maior da literatura antissemita mundial). Na Europa, o antissemitismo aprofundava suas raízes na histórica hostilidade cristã para com os judeus, hostilidade tornada política oficial de segregação e de perseguição com a cristianização do Império Romano, que foi continuada pelos reinos cristãos da Idade Média. As revoluções democráticas dos séculos XVIII e XIX proclamaram, em maior ou menor grau, a emancipação dos judeus na Europa ocidental, a abolição das políticas e espaços segregacionistas (*ghettos*) e da exclusão política e profissional dos judeus. Mas essas revoluções pouco tocaram a Rússia e a Europa oriental, “que haviam incorporado enormes comunidades judias, com a característica muito pouco judaica de seu empobrecimento em habilidades técnicas, em empreendimentos independentes, em capacidade profissional, em sólidas organizações comunitárias, todas coisas normais da vida judia organizada. Elas existiam nas comunidades da Europa oriental na época em que a maioria da população era composta por súditos dos reis da Polônia, mas um século de opressão czarista, o antissemitismo da Igreja Ortodoxa e a ignorante hostilidade da burocracia russa se combinaram para socavar sua vitalidade e destruir sua autonomia econômica e comunitária. Só lhes restou o respeito de si. Os judeus que fugiram para o oeste, conseguindo uma vida livre nos EUA e nas democracias ocidentais, demonstraram, assim como seus filhos, que as qualidades básicas judias continuavam intactas”.¹⁴

Esses judeus não foram a base social do sionismo, nascido em finais do século XIX na Europa ocidental; o sionismo encontrou sua base entre os judeus não emancipados da Europa oriental e, sobretudo, da Rússia czarista. “Nos países do leste europeu a mensagem do *Judenstaat* teve – na Galizia, na Romênia, na Rússia czarista – o efeito de uma tocha acesa lançada em um palheiro. Poucos tinham uma cópia [de *O Estado Judeu* de Theodor Herzl], mas sua fama se espalhou rapidamente de boca em boca e, justamente porque se falava tanto de um texto desconhecido, criou raízes a ideia de que estava acontecendo algo grande e maravilhoso. David Ben-Gurion [futuro chefe de Estado em Israel] tinha dez anos de idade quando *Der Judenstaat* foi publicado em Viena e vivia no pequeno *shetl* de Plonk [na Polônia]. Muito depois lembrou que se espalhara a ideia de que ‘havia chegado o Messias, um homem alto e belo, muito instruído, nada menos do que um doutor, Theodor Herzl!’”.¹⁵ No final do século XIX, o

¹⁴ James Parkes. *Antisemitismo*. Buenos Aires, Paidós, 1965, p. 129.

¹⁵ Amos Elon. *La Rivolta degli Ebrei*. La storia di Theodor Herzl e del ritorno degli ebrei in Palestina. Milão, Rizzoli, 1979, p. 221: “No século XIX eram muitos os judeus europeus assimilados que afirmavam sua origem sefardita. Os poetas românticos – sobretudo Byron e Heine – haviam pintado com um ar de esplêndida nobreza os orgulhosos judeus da Espanha medieval. No período no qual os ricos [judeus] emancipados faziam tudo para se dissociar de seus correligionários da Polônia e da Rússia, pobres e marginalizados, a origem sefardita provava de modo conclusivo que eles nada tinham em comum com os primitivos e incultos *Ostjuden* das comunidades israelitas orientais” (p. 25). Foram os “atrasados” judeus orientais os que forneceram a base social do projeto político sionista; seu fundador ficou surpreso, pois

antisemitismo racial, “científico” e não religioso, reaparecera na Europa com a obra do conde Arthur de Gobineau, que dividiu as raças humanas em três troncos principais (branco, amarelo e negro) e fez nascer o “mito ariano”, inspirador de movimentos nacionalistas e racistas europeus.

As modernas cidades russas surgiram na segunda metade do século XIX, com a transformação de seu papel econômico e de sua estrutura de classes, quando ainda nas aldeias rurais se praticava o escambo nas feiras tradicionais, característica já superada na Europa ocidental, com as “transformações que vinham ocorrendo desde os séculos XI e XII. Não era mais o senhor quem definia as normas que regulavam as relações da sociedade. Esse papel passou a ser desempenhado pela realeza. A força econômica não era mais o feudo, mas a cidade, o comércio. A grandes feiras do século XIII foram sendo substituídas pelos grandes centros comerciais, aumentando ainda mais o poder das comunas e, por conseguinte, da realeza. É nas mudanças que fizeram desaparecer o espírito de localidade que devemos buscar as origens da centralização do poder no século XV, que assistiu ao nascimento de uma nova sociedade, a sociedade moderna, da forma social onde não existia, como tendência dominante, nenhuma outra força que não a do governo e a do povo. O século XV foi um marco importante no processo de desenvolvimento das duas forças (a comuna e a realeza) que nasceram das condições criadas pelo feudalismo e que lutaram durante séculos para se imporem como dominantes [na Europa]”.¹⁶

Em contraste com isso, no início do século XVIII, a população urbana russa somava apenas de 3% do total. Com a crescente importação de capitais, no final do século XIX ela já somava aproximadamente 13%. O recenseamento de 1897 mostrou que nos doze anos precedentes o número de habitantes das cidades havia aumentado em 33,8%; o dos vilarejos rurais, apenas em 12,7%. Até o século XIX, as cidades russas tinham exercido o papel de centros administrativos e militares sustentados pelo dinheiro público. Sem gerar recursos, a não ser uma escassa concentração de capital comercial, a cidade russa se limitava a consumir aquilo que lhe era fornecido pelo campo e pelo comércio externo. Assim como as cidades, a indústria e as classes capitalistas se formaram em apenas algumas décadas, passando por alto todas as etapas que haviam caracterizado a formação do capitalismo europeu, como o surgimento do pequeno empreendimento e o crescimento progressivo do “Terceiro Estado”. Se na Europa a manufatura havia crescido sobre a base do artesanato, com a participação deste em todo o processo, na Rússia o artesanato rural continuou produzindo para o consumo imediato da população, não para a indústria capitalista, enquanto a indústria era estabelecida utilizando-se da única mão de obra disponível, a dos servos, para trabalhar para o Estado e, em parte, para as altas camadas da sociedade.

Não foram, portanto, nem a classe dos artesões nem a dos comerciantes as que pressionaram para se criar uma indústria capitalista, mas o Estado, que buscou a instalação de manufaturas a serviço do exército e da frota. A introdução do capital, da técnica e do saber ocidentais conduziu ao fortalecimento da autocracia czarista, mantendo a servidão como forma de organização do trabalho. A servidão, na medida em que excluía a modernização da produção, era a causa principal do marasmo que persistia na indústria desde Pedro o Grande. Sua abolição se impunha como necessidade econômica em meados do século XIX. Na medida em que a nobreza agrária era contrária à abolição, a burguesia, ainda muito fraca para defendê-la, e os camponeses mal organizados para impô-la, ficou para o próprio Estado (que tinha sido até esse momento o

pensava que sua proposta acharia mais eco entre os instruídos judeus ocidentais, que lhe prestaram pouca atenção.

¹⁶ Terezinha Oliveira. Guizot e as origens medievais da sociedade burguesa. In: Ruy de Oliveira Andrade Filho (Ed.). *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média*. Santana de Parnaíba, Solís, 2005, p. 508.

perpetuador do regime servil), apoiado pelos burocratas nobres e os proprietários industriais, a tarefa de levar a cabo a reforma abolicionista, a emancipação dos servos. Simbolizando a intenção renovadora, o Imperador Alexandre I, depois de se apoderar de um terço do hemisfério norte, ordenou retirar o cetro e o orbe do brasão dos Románov e substituí-los por setas-relâmpagos, coroa de louros e tochas. O novo brasão prometia paz e modernidade para seus súditos; aos inimigos os relâmpagos da retaliação.

Em 1861, após a derrota na guerra da Crimeia e o “trauma nacional” decorrente, o czarismo decidiu colocar diante do capital a rota do progresso através da libertação dos servos, uma medida que afetou decisivamente a vida de 40 milhões de camponeses. De 1796 a 1859 a população total dobrara (de 36 para 74 milhões), mas a população de servos permanecera praticamente a mesma (de 20 para 22,7 milhões). A sua participação percentual diminuiu nesse período de 55,5% a 30,7% do total, ou seja, de metade para um terço da população. Isso significa que a maioria dos 38 milhões de indivíduos incorporados à população russa entre 1796 e 1859 não integraram a população de servos: já existia uma tendência para a queda antes da emancipação de 1861.¹⁷ A abolição foi um exemplo das *combinações* próprias dos países capitalistas atrasados, isto é, a resolução por uma classe social dos problemas que são de interesse objetivo de outra classe: “As Grandes Reformas foram o clímax desse movimento: concebidas como um processo modernizador - o que significava ocidentalizar a Rússia - visavam fortalecer o Estado após a derrota na guerra da Crimeia. Liberdades e revisões limitadas foram concedidas, na esperança de reanimar a sociedade e criar uma economia dinâmica, sem alterar a estrutura básica da autocracia”.

Em sequência à abolição da servidão, foi instituída uma forma de representação política local, os *zemstvos*, em 1864. Crimes e querelas passaram a ser objeto de tribunais de ofício, uma medida que não se estendeu aos camponeses, que continuaram a ser julgados pelas leis consuetudinárias locais. O autor citado (que considerou a Revolução de Outubro de 1917 como uma “tragédia”) suspirou: “Tivesse o espírito liberal da década de 1860 continuado a soprar no governo, a Rússia poderia ter se transformado numa sociedade ao estilo de Ocidente, baseada na propriedade individual e na liberdade garantida pelo domínio da lei. A revolução não teria sido necessária”.¹⁸ Uma afirmação que faz a economia da estrutura de classes e da natureza do Estado autocrata russo; face às iniciativas modernizantes do Estado czarista, a burguesia russa, suposto sujeito da modernização capitalista (que deveria, *Figes dixit*, criar um Estado moderno nos moldes ocidentais), inexpressiva social e politicamente, assistiu quase sem se mexer: “A partir desse momento abriu-se um novo período de desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela rápida formação de uma reserva de trabalho ‘livre’, pelo rápido alastramento do sistema ferroviário, construção de portos, afluxo incessante de capitais europeus, europeização da técnica industrial, crescimento dos incentivos e do crédito, aparecimento do ouro no mercado, um forte protecionismo e a inflação da dívida pública”¹⁹ - tudo sob o forte controle burocrático e policial do Estado.

A economia russa não só continuou sob a influência e pressão da economia europeia, mas passou a sofrer ainda mais essa influência. O caráter dela se alterava de acordo com o modo de produção dominante na Europa e, no caso do capitalismo, com a etapa em que esse modo de produção se encontrasse. Na época da produção artesanal e manufatureira no Ocidente, a Rússia havia trazido da Europa técnicos, arquitetos, contramestres e artesãos experientes em geral. Quando a manufatura foi substituída pela fábrica, a Rússia se concentrou principalmente

¹⁷ Paul R. Gregory. Economic growth and structural change in Czarist Russia: a case of modern economic growth? *Soviet Studies* vol. 23, n° 3, Londres, 1972.

¹⁸ Orlando Figes. *A Tragédia de um Povo*. A Revolução Russa 1891-1924. Rio de Janeiro, Record, 1999, pp. 74-75.

¹⁹ Leon Trotsky. 1905, ed. cit, pp. 26-27.

em importar máquinas e capitais. Os cereais, metade de cuja produção era de trigo, representavam, junto com os produtos alimentícios, 50% de suas exportações, e a maior parte do resto, 36%, eram matérias primas. As mesmas razões que fazem da Rússia um país de economia agrícola atrasada, a submetiam a uma forte dependência do mercado mundial. No campo industrial, este fenômeno se apresentava com idêntica nitidez. A terça parte das importações russas estava composta por produtos manufaturados que provinham da indústria ocidental.

Ao mesmo tempo em que crescia a influência da Europa sobre o país, os limites do poder do “Concerto Europeu” já eram perceptíveis. O sistema europeu de Estados manteve, após 1871, sua hierarquia e estratificação entre, de um lado, as cinco grandes potências (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia e Áustria-Hungria) e, de outro, as potências de segunda e terceira categoria. Embora as grandes potências fossem as mesmas da primeira metade do século XIX, a balança de poder entre elas alterou-se significativamente. A Prússia, inicialmente a mais fraca das cinco potências, catapultou-se (com a criação do Império Alemão) para uma posição hegemônica no continente. A França, ao contrário, perdeu em 1870-1871, na guerra franco-prussiana, seu potencial de hegemonia. A monarquia austríaca correu também o perigo de deixar o círculo das grandes potências, devido a problemas internos, originados na heterogeneidade nacional-étnica do Estado e no atraso econômico. A Rússia combinava sua força de país mais populoso da Europa com a fraqueza do seu atraso industrial. Quando, sob a influência direta das necessidades do Estado, a servidão russa foi abolida dando lugar ao trabalho livre, a Rússia abriu as fronteiras para a ação direta do capital industrial e financeiro europeu.

População da Rússia (milhões) 1722-1897 Incluindo a Polônia, o Báltico e a Finlândia									
Ano	Território Original	%	Territórios Anexos	%	Total	Rural		Servos	
						milhões	%	milhões	%
1722	14	100%	***	***	14	13,5	96,4	***	***
1762	19	100%	***	***	19	14,5	***	7,6	52,4
1796	29	81%	7	19%	36	34,7	96,4	20	55,5
1815	30,5	68%	14,5	32%	45	43,3	96,2	20,8	46,2
1851	39	58%	28	42%	67	63,6	95	21,7	31,5
1859	45	61%	29	39%	74	69,8	94,3	22,7	30,7
1897	65	50%	64	50%	129	112,7	87,4	0	0

A escassa qualificação profissional da população local levou a grandes migrações vindas do exterior, que fizeram com que os russos de origem alemã, por exemplo, se transformassem em uma importante minoria do Império, com um papel destacado nas atividades industriais e nas profissões liberais. Durante o século XIX, Rússia quase quadruplicou a sua população. De 36 milhões em 1796 passou para 129 milhões em 1897, sendo superada em ritmo de crescimento, no mesmo período, apenas pelos EUA. A partir de 1861, o crescimento populacional da Rússia seguiu o mesmo padrão de crescimento da população das economias capitalistas avançadas. O avanço da Rússia rumo a possessões no Ocidente e no Extremo Oriente também mudou a composição populacional do Império em relação ao seu território original. Se, no final do século XVII, apenas 19% da população russa pertencia a territórios conquistados, em 1897, a população do território original e a daquele conquistado perfaziam cada uma 50% de sua população total. O crescimento populacional, no entanto, não se traduziu na transferência significativa da população do campo para as cidades, mostrando apenas no final do século uma leve tendência de diminuição da população rural.

“A nova Rússia tomou um caráter particular em consequência do fato de que ela recebeu o batismo capitalista, na segunda metade do século XIX, do capital europeu que se apresentou sob sua forma mais concentrada e mais abstrata, como capital financeiro”:²⁰ a exportação de capitais, o meio encontrado para sair da depressão econômica nas metrópoles capitalistas, incorporou rápida e violentamente diversos países e regiões, Rússia incluída, à economia mundial, introduzindo também de modo rápido as relações capitalistas de produção em suas economias e sociedades. A “depressão do comércio” a partir de 1875 foi universal, mas foi uma queda de seu crescimento, não um retrocesso absoluto. A produção mundial continuou a aumentar. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de onze para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passava a ser o indicador mais adequado da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para onze milhões de toneladas).

A simultaneidade na aparição de dificuldades econômicas de um lado como de outro do Canal da Mancha e do Atlântico ilustrava a integração das economias industriais em matéria comercial e o crescimento vertiginoso dos movimentos internacionais de capitais. Durante a “Grande Depressão”, uma onda conservadora substituiu na Europa os ares liberais até então dominantes, onda manifesta pela adoção de políticas protecionistas e pela volta de partidos antiliberais ao poder, excetuando-se a Inglaterra e a Holanda. Áustria (1874-1875), Rússia (1877), Espanha (1877 e 1891), Itália (1887), França (1892), adotaram altas tarifas de importação, assim como a Alemanha de Bismarck (1878) e os Estados Unidos do presidente MacKinley. Na “contrarrevolução protecionista” Japão se fechou comercialmente e Alemanha desenvolveu uma poderosa indústria química. Foi, para o capitalismo mundial, uma *mudança de época*. A enorme quantidade de quebras e falências empresariais levou a uma inédita concentração de capitais nas metrópoles: “Em 1876 concluiu na Europa Ocidental o desenvolvimento capitalista em sua fase pré-monopolista”.²¹ A crise originou-se nos países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da sua derrota na guerra franco-prussiana.

A prosperidade capitalista cobrava seu preço:²² liberalismo econômico sofreu um golpe rude. A taxa de rendimento (ou de lucro) do capital, depois de perdas e impostos, caiu de 5% para 1% anual real entre 1820 e 1913; a maior queda foi registrada durante o período da “Grande Depressão” e foi acompanhada de uma desaceleração do ritmo de crescimento. Na base do fenômeno, uma lógica aparente: os custos se elevavam (pela alta dos salários, ou por aumento dos preços dos trilhos para as estradas de ferro americanas), os mercados de venda se reduziam (diminuição do poder de compra rural e dos trabalhadores de outros setores, redução dos investimentos públicos, dificuldades nos mercados estrangeiros), os preços de venda baixavam (concorrência nos preços, guerra de tarifas nas estradas de ferro norte-americanas); a rentabilidade declinava ou caía brutalmente, a realização do valor produzido por cada empresa se tornava mais difícil, a concorrência ficava mais acirrada, a situação das empresas se tornava cada vez mais precária. Tudo podia desencadear a crise: um rumor na bolsa, um mercado perdido, uma empresa ou um banco que interrompia os pagamentos, bastava para deflagrar uma engrenagem incontrolável.

1873 – *Craque da bolsa de valores de Viena (Áustria): queda súbita na cotação da bolsa → redução dos investimentos produtivos na Áustria e na Alemanha;*

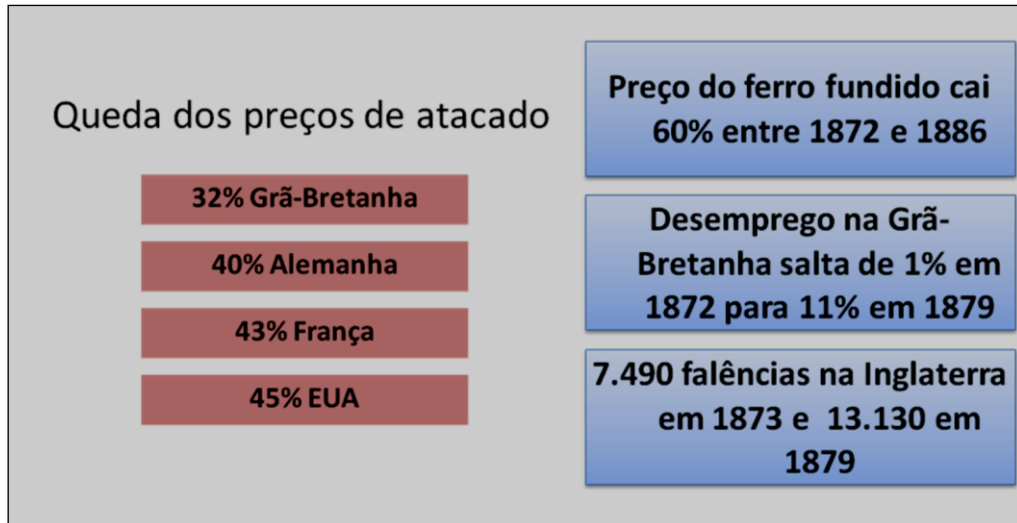
• **1882** – *Craque da bolsa de Lyon (França): redução da participação pública nos investimentos paralisa as obras nos setores de construção;*

²⁰ *Idem.*

²¹ V. I. Lênin. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

²² B. Marcel e J. Taïeb. *Crises d’Hier, Crise d’Aujourd’hui*. Paris, Nathan, 1996.

- **1884** – “Pânico das estardas de ferro”, nos Estados Unidos. Redução do ritmo de crescimento das sociedades de construção civil → Queda nas ações ligadas aos valores ferroviários;
- **1889** – Nova crise na bolsa de Lyon: Especulação com o cobre → Quebra da empresa responsável pela construção de Canal no Panamá, em Paris;
- **1890** – O banco inglês Baring Brothers suspende seus pagamentos → A crise atinge os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e a Austrália: redução do comércio internacional;
- **1893** – Queda da rentabilidade das sociedades de construção de estradas de ferro, nos Estados Unidos.



O economista inglês John A. Hobson captou em 1894 o nó da situação: “O sintoma principal da enfermidade denominada ‘depressão nos negócios’ é uma queda geral dos preços no atacado, acompanhada de uma queda um pouco menos pronunciada nos preços do varejo... O simples fato dos preços serem geralmente menores do que há cinco ou dez anos não evidencia uma depressão econômica. Depressão não significa somente preços baixos, mas produção reduzida: produziu-se mais do que pode ser vendido aos menores preços lucrativos e os mercados estão abarrotados de estoque, mas se está produzindo menos do que se poderia com os meios de produção existentes. O fato com que nos defrontamos em um período de depressão é o de um excesso aparente e capacidade produtiva”.²³ O excesso de mercadorias traduzia uma *sobreacumulação de capital* e uma queda da taxa média de lucro do capital social. O comércio internacional continuou a crescer, com taxas menos vertiginosas do que antes. Foi nessas décadas que as economias americana e alemã avançaram a passos agigantados; a indústria capitalista se estendeu para novos países, como a Suécia e a Rússia. Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram também um surto de desenvolvimento. “O que estava em questão não era a produção, mas a sua lucratividade”:²⁴ a queda da lucratividade nos centros históricos do capital provocou um acelerado deslocamento espacial do capital à procura de setores novos em que essa taxa pudesse ser reconstituída, fora de suas fronteiras nacionais.

As taxas de crescimento econômico dos países recentemente industrializados igualaram ou superaram às dos países de industrialização precedente, como se pode ver na tabela que segue:

²³ John A. Hobson. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1894], p. 202.

²⁴ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Crescimento decenal do PIB (em dólares de 1960)²⁵

Ano	Rússia	França	Inglaterra	Alemanha	Áustria	Itália
1830	10,5	8,5	8,2	7,2	7,2	5,5
1840	11,2	10,3	10,4	8,3	8,3	5,9
1850	12,7	11,8	12,5	10,3	9,1	6,6
1860	14,4	13,3	16,0	12,7	9,9	7,4
1870	22,9	16,8	19,6	16,6	11,3	8,2
1880	23,2	17,3	23,5	19,9	12,2	8,7
1890	21,1	19,7	29,4	26,4	15,3	9,4

Os principais teatros da expansão mundial capitalista na segunda metade do século XX foram a América do Norte (os EUA)²⁶ e a Rússia. A partir da década de 1860, a taxa de crescimento econômico da Rússia se situava entre as mais altas do continente europeu. Segundo Marx e Engels: “Ambos os países (EUA e Rússia) proviam a Europa de matérias-primas sendo ao mesmo tempo mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente”. Isso mudou na segunda metade e, sobretudo, no último quartel do século XIX, quando a exportação de capitais como fenômeno dominante nos fluxos econômicos mundiais alterou decisivamente as relações entre as classes e as relações internacionais, em primeiro lugar na própria Europa. Qual era, nesse quadro mundial, a situação do Império Russo?

A dependência econômica russa se acentuou assim que o capitalismo industrial e financeiro monopolista passou a predominar na Europa. Durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, para o pequeno burguês francês, a Rússia era o paraíso dos capitais, “os empréstimos russos”, garantidos pelo poder do autocrata, pareciam inversões tão seguras para os pequenos poupadores como para os bancos de negócios. A evolução industrial na Rússia, no seu conjunto, “saltou” os períodos do artesanato corporativo e da manufatura, assim como vários de seus ramos industriais também saltaram parcialmente certas etapas da técnica que no Ocidente haviam exigido décadas. O resultado foi a concentração das forças produtivas do país na indústria de grande porte. Em 1902, 53,6% dos operários estavam alocados em indústrias com mais de 500 operários, enquanto na Bélgica apenas 28% deles estava nessa condição, percentagem que não diferia muito nas demais nações avançadas (nos EUA era de 31%); o percentual de operários trabalhando em grandes fábricas (de mais de mil empregados) era de 38,5% na Rússia, em comparação com apenas 10% na Alemanha. Isto produzia a ausência de uma hierarquia intermediária entre os grandes dirigentes do capital e as massas operárias. O desenvolvimento combinado se manifestava com especial vigor; a agricultura russa permanecia praticamente estagnada ao nível do século XVII, a indústria russa, pelo contrário, por sua técnica e estrutura se encontrava ao nível dos países avançados, e em alguns aspectos os ultrapassava:

²⁵ Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 1989.

²⁶ O crescimento econômico dos EUA fez do país a maior potência industrial mundial na década de 1890. Em 1900, os EUA possuíam 223,5 mil milhas de estradas de ferro, das 491 mil milhas existentes no mundo todo (toda a Europa tinha 176,2 mil milhas de vias férreas). Na mesma época, toda a América do Sul não chegava às 26,5 mil milhas e toda a África às 12,5 mil milhas. Em 1912 conclui-se o processo de formação da União, com a incorporação do Arizona. Mais de 25 milhões de novos imigrantes instalaram-se nos Estados Unidos entre 1870 e 1916, causando grande crescimento populacional - de 40 milhões de habitantes em 1870 para mais de 100 milhões em 1916.

“A característica marcante do processo de modernização da Rússia foi a incrível mistura e a qualidade *caleidoscópica* do cenário econômico em mutação”.²⁷ O crescimento econômico da Rússia foi um dos mais fortes no século XIX, perdendo só, na Europa, para Alemanha e Inglaterra; na virada para o século XX, o PIB russo era o maior da Europa, e só perdia no mundo para o PIB dos EUA:

PIB dos países europeus no século XIX (em bilhões de dólares de 1960)

	Alemanha	Inglaterra	Rússia	Áustria	França	Itália
1830	7,235	8,245	10,550	7,210	8,582	5,570
1840	8,320	10,431	11,200	8,315	10,335	5,951
1850	10,395	12,591	12,700	9,190	11,870	6,666
1860	12,771	16,072	14,400	9,996	13,326	7,466
1870	16,697	19,628	22,920	11,380	16,800	8,273
1880	19,993	23,551	23,250	12,297	17,381	8,745
1890	26,454	29,441	21,180	15,380	19,758	9,435
1900	35,800	36,273	32,000	19,400	23,500	10,820
1910	45,523	40,623	43,830	23,970	26,869	12,598
1913	49,760	44,074	52,420	26,050	27,401	15,624
1830-1913	688%	535%	497%	361%	319%	281%

No meio disso, na Rússia coexistiam “todos os estágios da civilização; desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde os habitantes alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera participante ativo da política mundial e segue atentamente os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva... O capitalismo não se desenvolveu na Rússia a partir do sistema artesanal. Ele realizou a conquista da Rússia tendo atrás de si o desenvolvimento econômico de toda a Europa. Reduzindo à escravidão econômica este país atrasado, o capital europeu liberava os seus principais ramos da produção e os seus principais meios de comunicação de toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais eles tinham tido que passar nos seus países de origem”.²⁸ Uma “modernização” que tivesse colocado a sociedade russa na mesma linha do modelo ocidental teria exigido grandes decênios de diferenciação social no meio rural assim como a criação de um amplo mercado interno que, para sua realização teria exigido quando menos a desapareição das propriedades nobiliárias e a supressão das cargas que pesavam sobre os camponeses; tal modernização teria suposto além disso um ritmo de industrialização que a própria debilidade do mercado interior teria feito insustentável e que, de outro lado, não interessava aos capitais estrangeiros predominantes. A pesar do exemplo prussiano, a modernização da agricultura parecia impossível se não fosse acompanhada da industrialização.

A revolta dos “dezembristas” em 1825 evidenciara o ingresso da Rússia em uma era de instabilidade política, de revoltas sociais e de participação nas crises internacionais. Vinte anos depois da Guerra da Crimeia, na Conferência de Londres (1875), finalmente Rússia obteve o direito de livre trânsito nos estreitos de Bósforo e de Dardanelos. Em 1877, iniciou nova guerra contra os otomanos, invadindo os Bálcãs sob o pretexto da repressão turca às revoltas de eslavos balcânicos. Diante da oposição das grandes potências, os russos recuaram outra vez. O primeiro ministro britânico, Benjamin Disraeli, em 1876, proclamou à Rainha Vitória imperatriz da Índia e impediu simultaneamente que a Rússia pudesse impor à Turquia um tratado

²⁷ Herbert J. Ellison. Economic modernization in Imperial Russia: purposes and achievements. *Journal of Economic History*, vol. 25, n° 4, Cambridge, 1965.

²⁸ Leon Trotsky. 1905, cit.

humilhante, brechando a expansão russa nos Bálcãs “eslavos”; Disraeli foi recebido de modo triunfal no Congresso de Berlim de 1878, que consagrou a independência dos Estados balcânicos e a perda otomana de Chipre para o Reino Unido; da Armênia e de parte do seu território asiático para a Rússia; e da Bósnia e Herzegovina para o Império Austro-Húngaro.



Alexander Nicolaievitch Románov, Alexandre II da Rússia (1855-1881), um Czar “modernizador”

Com a decisão russa de expandir-se para a Ásia Central na década de 1880, aproximando-se das fronteiras da Índia, principal colônia do Império Britânico, Inglaterra impôs um quase protetorado ao Afeganistão (com o Tratado de Gandumak, extremamente desfavorável aos afegãos), que se constituiu como Estado-tampão entre as duas potências. A tensão regional levou à iminência de uma guerra anglo-russa, provisoriamente sufocada. Em 1881, os ingleses saíram do país, colocando Abdur Rahman no trono; ele era um homem aceitável para os ingleses e também para os russos. Pouco depois, em 1882, o Chanceler alemão Bismarck definiu a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália, cujo objetivo era isolar a França e conter a Rússia, desenhando ainda a reconciliação nas relações austro-prussianas; e, em 1887, sua atuação levou ao “Tratado de Reasseguro” com a Rússia. Em 1895, o Reino Unido apresentara um plano de partilha da Turquia, rechaçado pela Alemanha, que pretendia garantir para si concessões ferroviárias em exclusividade no Império Otomano. Nos Bálcãs, o crescente nacionalismo eslavo contra a presença turca levaria a região às guerras balcânicas: a região se transformou no calcanhar de Aquiles de todas as potências colonialistas. As derrotas e recuos internacionais russos aceleraram sua crise social e política interna, que se processou em moldes econômicos muito diferentes daqueles que tinham caracterizado o declínio do absolutismo ocidental.

Na Rússia, o resultado político da insignificância do artesanato e da pequena produção, e do caráter desenvolvido da grande indústria, foi o afastamento da democracia burguesa e pequeno-burguesa para um segundo plano, em condições de crescente efervescência social e política. Marx e Engels, no prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882, constatavam: “E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeia viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O Czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução, e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa”. *O Capital*, publicado inicialmente em 1867 na Alemanha, recebeu sua primeira tradução no estrangeiro na Rússia, em 1872. O artesanato russo, à margem do processo de industrialização, não chegara a constituir, como no Ocidente europeu, um terreno social sobre o qual a democracia burguesa poderia se apoiar. O movimento liberal, nascido no seio dos zemstvos ou assembleias de distrito as quais acudiam os personagens notáveis, não tinha nem podia ter senão um programa político de limitação do absolutismo monárquico e de adaptação às novas condições econômicas à mercê da associação de responsabilidades políticas com setores mais amplos de proprietários.

A ausência de democracia levou por isso à pequena burguesia, sua base social na Europa ocidental, a adotar na Rússia métodos clandestinos, conspiratórios e, finalmente, terroristas de oposição política. As revoltas sociais e políticas, por outro lado, foram mudando de caráter à medida que o capitalismo penetrava na economia e nas relações sociais russas.



Uma família camponesa russa em 1900

A evolução econômica da Rússia refutava a afirmação de que os países atrasados estivessem fadados a reproduzir a sucessão das etapas que marcaram a evolução do capitalismo nos países avançados, tese que não levava em conta nem as implicações econômicas do capitalismo imperialista, nem a afirmação do próprio Marx a respeito, respondendo à indagação da militante russa Vera Zasulitch, quanto à teoria que pretendia que todas as nações do mundo estavam constringidas a percorrer todas as fases da produção social, escrevendo que “a fatalidade histórica deste movimento está expressamente restringida aos países da Europa ocidental”. As generalizações abstratas sobre um suposto desenvolvimento capitalista mundial uniforme baseavam-se na universalização do “modelo europeu”. A concepção predominante entre os marxistas finisseculares - a revolução ocorreria em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados, através da união de condições objetivas e subjetivas que só estariam presentes na Europa ocidental - significava também que as categorias de “revolução burguesa” ou “democrática” e “revolução proletária” eram inconciliáveis e separadas por um muro histórico. A revolução proletária só poderia ocorrer, para eles, em um país que tivesse passado por uma revolução burguesa e preparado o terreno para a revolução posterior. Ela não poderia evoluir a partir de uma revolução burguesa num processo revolucionário contínuo.

No império dos czares, chegado o último quartel do século XIX, o socialismo proletário ainda inexistia. Nesse vazio, o populismo (*Narodnaia Volia*) surgiu na Rússia por volta de 1870; seus prosélitos eram intelectuais militantes que pretendiam instaurar o poder e o controle coletivos da economia agrária pelas comunidades rurais, derrubando o autoritarismo czarista. O objetivo dos populistas era menos a democracia política do que promover a justiça e acabar com as desigualdades sociais. O seu movimento ficou conhecido como o *narodnichestvo*, derivado da expressão russa "*Khojdenie v narod*", "ir para o povo". Os líderes populistas provinham em geral da classe média ou alta: inspiravam-se nos anarquistas ocidentais, pensando poder levar a Rússia ao socialismo devido à existência de comunidades rurais organizadas em torno do *mir* (unidade de produção comunal agrária) que facilitariam sua implantação. A maior parte deles

não tinha qualquer afinidade social com os lavradores russos e sua cultura, e muitas vezes nem sequer falavam sua língua, mas tinham a certeza de que no campesinato, na comunidade aldeã, estava a base para uma nova sociedade mais justa e harmônica, pois os camponeses ainda não haviam sido atingidos pela corrupção moral e material do capitalismo ocidental.



Nikolai Tchernitchevski, autor do romance social "*Que Fazer?*"

Os populistas se inspiravam menos nas teorias dos socialistas europeus seus contemporâneos do que em Jean-Jacques Rousseau, ou seja, nas ideias que inspiraram a Revolução Francesa: o homem era bom em sua essência, a sociedade é o que o corrompia. Além da busca pela justiça social e da esperança no campesinato, havia muitas divergências entre os populistas. Um setor mais radical do movimento pensava que o povo deveria ser forçado, se preciso fosse, a se revoltar. Propunham a destruição violenta do Estado czarista e depois conduzir o processo que levaria a sociedade para um mundo melhor, era uma espécie de blanquismo de base pequeno-burguesa e de escopo agrário. Outro setor, mais moderado, condenava essa postura. Aleksandr Herzen fazia parte da segunda ala. Pensador da geração dos anos de 1840/1850, não compartilhava a ideia de um movimento violento, o povo deveria ser educado e conscientizado da necessidade da revolução. Temia que o processo revolucionário, conduzido por uma minoria de homens esclarecidos, independentemente de suas boas intenções, levasse à ditadura de uma elite intelectual, "tão inaceitável quanto àquela do czar".²⁹ Tchernitchevski, autor do romance *Que Fazer?* e um dos mais influentes pensadores da democracia revolucionária russa do século XIX, também se indagava sobre a questão. Segundo Joseph Frank: "Nenhum livro da literatura moderna (com exceção, talvez, de *A Cabana de Pai Thomas*) pode competir com *O Que Fazer?* em termos de efeito sobre vidas humanas e de poder de fazer história. O romance de

²⁹ "Por que a liberdade é valiosa? Porque constitui um fim em si, porque é o que é. Reduzi-la a um sacrifício a algo mais significa simplesmente realizar um ato de sacrifício humano". "Quem terminará conosco? A senil barbárie do centro ou a selvagem barbárie do comunismo, o sabre sangrento ou a barbárie vermelha?". "O comunismo varrerá nossas instituições, que serão, como diz delicadamente Proudhon, liquidadas. Lamento (a morte da civilização). Mas as massas não a lamentarão, as massas a quem ela não trouxe nada além de lágrimas, penúria, ignorância e humilhação" (Aleksandr Herzen. *Op. Cit.*). Herzen era de origem nobre, possuía a mesma raiz familiar da dinastia reinante, os Románov, que governavam o país desde 1613.

Tchernichevski, mais que *O Capital* de Marx, forneceu a dinâmica emocional que eventualmente desembocou na Revolução Russa”.³⁰

O pensamento revolucionário russo, em todas suas fases, não foi simples transposição ou adaptação de ideias elaboradas alhures (embora reconhecesse sua influência). Para autores marxistas russos, “*Narodnaia Volia* representou a continuidade de todo o processo precedente do pensamento socialista populista russo... O movimento populista combateu sempre contra a autocracia e imaginou a nova Rússia como um país libertado do despotismo czarista (...) Os revolucionários russos pensavam o socialismo como uma sociedade sem classes onde todos trabalhariam e o trabalho seria não só um meio de sobrevivência, pois permitiria aos homens usufruir a vida mais plenamente. O trabalho intelectual e físico criaria um homem novo... O programa socialista de *Narodnaia Volia* era utópico, irrealizável naquele período concreto, em aquelas condições concretas, com os meios e modos propostos pelos revolucionários. Sua realização teria tido consequências que os socialistas russos estavam longe de esperar e desejar: um desenvolvimento muito mais rápido e completo das relações de produção burguesas, sem o obstáculo de sobrevivências feudais ou escravocratas. A utopia socialista dos revolucionários camponeses foi, em que pese eles próprios, uma expressão indireta de aspirações radicais em direção de uma transformação democrático-burguesa”.³¹ Menos enfático na questão e, sobretudo, menos esquemático, Lênin afirmava que os populistas “viam para onde se dirigia o movimento real e *se adiantavam* de fato a esse desenvolvimento”. O populismo russo era menos uma *utopia* do que uma *antecipação*.



O Império Russo em sua máxima extensão, no final do século XIX

Na tentativa de se aproximar dos camponeses, os jovens populistas urbanos aprenderam a falar como eles, a se vestir como camponeses e a dançar com eles. Ao chegar às vilas do campo, vestidos apropriadamente como lavradores, cantando e dançando como tinham aprendido, chegaram a ser tomados por bruxos pelos camponeses; muitos desses intelectuais citadinos foram maltratados pelos camponeses, alguns foram julgados em improvisados tribunais locais. A *Okhrana* (polícia secreta czarista) respondeu também com repressão à agitação populista: revolucionários foram espancados, presos e exilados. Ainda assim, os estudantes populistas continuavam a se revoltar contra a situação social iníqua do país, buscando agir para libertar os

³⁰ Apud Angelo Segrillo. Introdução. In: Nikolai Tchernichevski. *O Que Fazer?* Curitiba, Prismas, 2015.

³¹ Valentina Aleksandrovna Tvardovskaia. *El Populismo Ruso*. México, Siglo XXI, 1978, pp. 15-16.

camponeses das desigualdades sociais. Esta forma de pensar, de criticar moralmente a sociedade foi “a principal contribuição dos russos à mudança social no mundo”.³² Na segunda metade do século XIX, milhares de estudantes urbanos, inspirados pelo populismo, se deslocaram para o campo, com vistas a organizar as revoltas camponesas, que periodicamente sacudiam diversas regiões russas, permanecendo, no entanto, isoladas entre si. Em breve eles foram confrontados com uma realidade rural que era bem diferente da idealizada. Os *narodniks* tentaram ensinar aos lavradores o imperativo moral da revolta: não encontraram neles quase nenhum apoio. Os idealizadores do movimento concluíram que os camponeses russos eram refratários à sua propaganda e às suas doutrinas. Terminado o capítulo da agitação no campo, alguns desses intelectuais enveredaram por uma nova estratégia: o terror político, com a criação do movimento “Terra e Liberdade” (*Zêmliá i Vólíá*) em 1876. A 6 de dezembro de 1876, o movimento populista organizou a primeira manifestação pública opositora ao czarismo da moderna história russa.

O auge do movimento populista foi vivido em 1877. Um líder *narodnik*, Stepniak, escrevia em 1876 a seu amigo Lavrov: “Não conseguimos nem sequer mudar o pensamento de um entre 600 camponeses, quanto mais de um em sessenta”. “O resultado foi a criação de uma estrutura partidária nesse mesmo ano, que estava mais centralizada do que os círculos frouxos dos anos 1860. Ela recebeu o nome de *Terra e Liberdade*, e deu menos importância à propaganda aberta, para se concentrar nas atividades conspirativas clandestinas”.³³ Depois dos métodos da revolução social, os *narodniks* se viraram para os métodos da conspiração, do terror e do golpe de Estado em nome do povo. Os escritos do populista Piotr Tkatchov marcaram esta transição.³⁴ O açoitamento dos presos políticos levou à militante *narodniki* Vera Zasulich a expressar a indignação geral em 1878, com um atentado contra o general Trepov, responsável principal e visível pela repressão política.³⁵ Seu exemplo repercutiu na intelectualidade revolucionária: o que começou como um ato de vingança foi elevado ao estatuto de sistema em 1879-1881.³⁶

A atividade terrorista foi especialmente importante na Rússia. As reformas executadas pelo Czar Alexandre II (entre 1861 e 1865), como a abolição da servidão da gleba, a criação das câmaras municipais (*zemstvos*), a atenuação da censura na imprensa e nas universidades, haviam sido provocadas pela crescente agitação interna e o fracasso da política externa do czarismo. As reformas, devido à sua timidez, geraram um descontentamento ainda mais amplo. Desgostaram à nobreza porque tornaram os camponeses “insolentes”, e a estes, porque tiveram que se endividar para obter sua autonomia; à *intelligentsia* porque as reformas haviam sido insuficientemente profundas, não mudando a essência autocrática do regime czarista. Foi, desse modo, das camadas “esclarecidas” da população que partiu a tentativa de derrubar o regime por um movimento não palaciano. Em 1881 o Czar Alexandre II foi morto por uma jovem militante russa, Sofia Perovskaia. O terrorismo, no entanto, apenas reforçou ainda mais o aparato estatal e justificou a intensificação da opressão e da censura. É neste contexto que o marxismo surgiu como uma nova alternativa política. Engels chegou a escrever a Plekhánov (fundador do marxismo russo), em 1895: “Um *narodnik*, um ex terrorista, poderia terminar facilmente como partidário do czarismo”. Anos depois, Lênin chamou os “populistas terroristas” do Partido Social-Revolucionário de “radicais burgueses com bombas no bolso”.

³² Isaiah Berlin. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

³³ Orlando Figes. *Op. Cit.*

³⁴ Franco Venturi. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

³⁵ Vera Ivánovna Zasulich (1849-1919) foi militante destacada do movimento populista e, mais tarde, pioneira do movimento socialdemocrata na Rússia. Em 1883, exilada na Suíça depois de libertada da prisão, fundou o grupo “Emancipação do Trabalho” junto com Guiorgui Plekhánov e Pável Axelrod, primeiro grupo socialista marxista russo.

³⁶ Vera Zasulich. The terrorist tendency in Russia. *Historical Materialism*, Vol. 23 nº 4, Londres, 2015.

As *Memórias de um Terrorista*, de Boris Savinkov, compendiarão a apologia e também a desilusão do terrorismo. No prólogo de sua publicação póstuma, o marxista catalão Andreu Nin explicou que, no autor, “a devoção pelo procedimento, a fé cega na força todo-poderosa do terror, atingiram seu grau máximo”. O livro concluía relatando, de modo detalhado, a descoberta de que o chefe da Organização de Combate dos social-revolucionários russos (SRs), o “partido” dos populistas - a maior organização política russa de sua época - Azev, havia sido na verdade um agente policial (que entregara boa parte da organização à repressão da *Okhrana*, a polícia política secreta do Czar), a partir de 1892 e por quase duas décadas! A penetração da polícia acabou dizimando as organizações populistas. Savinkov concluiu sua trajetória como aliado das forças contrarrevolucionárias,³⁷ suicidando-se depois de preso e condenado por um tribunal da URSS (que comutou sua inicial pena de morte). Nin, dirigente da Internacional Comunista, relatou que colaborara “com os generais Kaledin, Kornilov, Koltchak e Wrangel; organizou a rebelião antissoviética de Iaroslav, o grupo terrorista que preparou os atentados contra os líderes mais eminentes da revolução proletária; as iniciativas que, subvencionadas pela Inglaterra, França, Tchecoslováquia e Polônia, desenvolveram uma atividade criminosa no território da primeira República Operária”.³⁸

Um manual do terrorismo, em que o revolucionário era caracterizado como um “morto em sursis”, pois havia renunciado a toda e qualquer recompensa ou aspiração neste mundo e à própria vida em prol da revolução (o que tornava “normal” um atentado suicida), havia sido redigido pelo anarquista russo Serguei Netchaïev (1847-1882) em 1869.³⁹ O “terrorista russo” se transformou em um personagem do imaginário e da literatura mundial. No seu romance (de 1907) *O Agente Secreto*, o escritor anglo-polonês Joseph Conrad punha como protagonista central da trama um grupo terrorista que não possuía outro objetivo que o de cometer atentados. O romance, dizia Conrad, lhe fora inspirado pela fracassada tentativa de explodir, em Londres, o Observatório de Greenwich; ele o apresentava como um “simples relato do século XIX”. No grupo não faltava a presença do agente policial infiltrado (da polícia política czarista russa, a *Okhrana*), mas o atentado fracassava devido a uma atrapalhação dos próprios executantes. O enredo era, para Conrad, uma parábola acerca da “criminal inutilidade (do terrorismo), da sua doutrina, ação e mentalidade, e sobre o desprezível aspecto de uma atitude demente, que explora as desgraças patéticas e as apaixonadas credulidades de uma humanidade sempre tão tragicamente disposta a se autodestruir”.

Os marxistas russos criticaram o terrorismo dos populistas e o posterior dos socialistas revolucionários de outro ponto de vista: “Que um atentado terrorista, mesmo um que obtenha ‘êxito’, crie confusão na classe dominante, depende da situação política concreta. A confusão terá vida curta; o Estado capitalista não se baseia em ministros de Estado e não é eliminado com o desaparecimento deles. As classes a que servem sempre encontrarão pessoas para substituí-los; o mecanismo permanece intacto e em funcionamento. Todavia, a desordem que produz um atentado terrorista nas filas da classe operária é muito mais profunda. Se para alcançar os

³⁷ Em agosto de 1917, como Ministro de Guerra, Boris Savinkov intermediou as conversas entre o líder do governo, Kerensky, e o general Kornilov, que tentou um golpe de estado para esmagar a revolução russa iniciada em fevereiro desse ano. Em 1918, Savinkov propôs um vasto plano insurrecional contra o governo soviético financiado pela embaixada francesa, propondo assassinar Lênin e Trotsky.

³⁸ In: Boris Savinkov. *Memórias de um Terrorista*. México, Juan Pablos, 1973, p. 7. Nin ponderou: “Sua vida inteira consagrada à revolução e sacrificada por ela, não foi totalmente inútil. O proletariado vitorioso na Rússia, que derrotou a burguesia e está edificando uma sociedade nova, embora não seguindo o caminho traçado por esses lutadores, conserva seus nomes profundamente gravados em seu coração e educa as novas gerações no respeito pela lembrança daqueles que, por uma via errada, assestaram duros golpes à autocracia, derramaram seu sangue e sacrificaram sua vida pela causa da emancipação” (p. 10).

³⁹ René Cannac. *Netchaïev, du Nihilisme au Terrorisme*. Aux sources de la révolution russe. Paris, Payot, 1961.

objetivos basta armar-se com uma pistola, para que serve esforçar-se na luta de classes? Para nós o terror individual é inadmissível precisamente porque apequena o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e volta seus olhos e esperanças para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir sua missão...



Serguei Netchaiev

“Nos opomos aos atentados terroristas porque a vingança individual não nos satisfaz. A conta que nos deve pagar o sistema capitalista é demasiado elevada para ser apresentada a um funcionário chamado ministro. Aprender a considerar os crimes contra a humanidade, todas as humilhações a que se vêm submetidos o corpo e o espírito humanos como excrescências e expressões do sistema social vigente, para empenhar todas nossas energias em uma luta coletiva contra este sistema: essa é a causa na qual o ardente desejo de vingança pode encontrar sua maior satisfação moral”.⁴⁰ No início do século XX, o terrorismo político voltou com força, sob a forma de outra vertente política (o “socialismo revolucionário”); com mais força, porém, retornou a ideia e a aspiração de uma revolução popular que derrubasse o regime autocrático.

⁴⁰ Leon Trotsky. *Terrorismo e Comunismo*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.